

MARCAS DE UMA INFÂNCIA: TRABALHO E LIBERDADE DA CRIANÇA NEGRA PÓS-ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

SCARS OF A CHILDHOOD: WORK AND FREEDOM OF THE BLACK CHILD AFTER ABOLITION OF SLAVERY

Rubislei Sabino da Silva¹ (UEG)

Claudia Fernandes Couto² (UEG)

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo contribuir para a análise, a partir do conto “Negrinha”, de Monteiro Lobato, do cotidiano e representação da criança negra no Brasil no final do século XIX. Como aporte teórico foram utilizados Castro (1997), Fonseca (2011), Mott (1988), entre outros. Procurou-se através da história de vida de Negrinha, cuja infância foi marcada pelo medo, sofrendo violência nos mais diferentes espaços da sociedade escravocrata, principalmente no meio educacional, reconhecê-la, enquanto sujeito histórico. Apresenta, em suas considerações finais, a compreensão dos problemas que circundavam o trabalho escravo, como: a exploração do trabalho e o poder de dominação dos senhores escravocratas sobre as crianças cativas, em especial no meio rural, na qual o papel da criança negra era de servir à família branca, tanto no âmbito econômico como familiar.

PALAVRAS-CHAVE: Criança negra. Infância. Invisibilidade

ABSTRACT: *This paper aims to contribute to the analysis, from the "Negrinha" story by Monteiro Lobato, the daily life and representation of the black child in Brazil at the end of the 19th century. As a theoretical contribution were used Castro (1997), Fonseca (2011), Mott (1988), among others. This research was conducted through Negrinha's story, whose childhood was marked by fear, suffering violence in the most different fields of the slave society, mainly in the educational environment, to recognize it, as historical subject. As a final remark, it presents an understanding of the problems surrounding slave labor, such as: the exploitation of labor and the power of domination of the slaveholders over captive children, especially in rural areas, in which the role of the black child was to serve the white family, both economically and family.*

KEYWORDS: *Black child. Childhood. Invisibility*

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG/Regional Catalão). Docente dos cursos de História e Superior em Tecnologia de Redes de Computadores, Universidade Estadual de Goiás (UEG/Câmpus Pires do Rio). E-mail: profrubislei@gmail.com

² Graduada em História e Especialista em Educação e Diversidade: Relações Étnico-Raciais e de Gênero pela Universidade Estadual de Goiás (UEG/Câmpus Pires do Rio). E-mail: claudinhacouto2012@hotmail.com

Introdução

Ao analisar a sociedade escravocrata do século XIX, é possível observar várias mudanças, rupturas e deslocamentos que foram ocorrendo ao longo da História, na qual os negros se tornam objetos de estudo de vários pesquisadores. Em relação às crianças negras, tomando como referência o mesmo período, os estudos são raros. Assim, este artigo discute sobre o cotidiano da infância destas crianças e de como eram representadas, tendo como foco o período pós libertação dos escravos.

Ao longo dessa reflexão, pretende-se propor não somente uma aproximação de caráter teórico, mas, sobretudo, um debate historiográfico. Buscar o tema do cotidiano da criança negra escravizada e liberta na historiografia da escravidão brasileira pode ser um caminho longo e difícil, pois a visão sobre ela não era encarada como foco de análise privilegiada dos estudiosos.

Para os pesquisadores Lima, Ferreira e Silva (2016), no meio literário, assim como no meio social, através da visão e da fala do branco, no qual não permitia a presença discursiva do sujeito negro, a história do negro foi marcada pelo distanciamento e pelo modelo conceitual discriminatório, determinado pela sociedade. Entretanto, foi através do olhar e da escrita do branco que a construção da identidade do negro foi influenciada negativamente e marginalizada na literatura brasileira.

Nesse sentido, a aproximação entre narrativa literária e narrativa historiográfica vem acontecendo de forma fervorosa desde 1970. É mister salientar que o papel da escrita ou do nível da narrativa não era considerado útil no campo da literatura de acordo com alguns pesquisadores.

Albuquerque Júnior (2013) define que as escolhas temáticas, teóricas, metodológicas, narrativas e ideológicas feitas pelos pesquisadores eram antecedidas pela dimensão tropológica de configuração da própria realidade. Era de acordo com a visão de linguagem, de realidade e de escolhas, que os estudiosos faziam pesquisa para se chegar a um resultado. Devido a essas questões, surgiram altos debates e polêmicas entre pesquisadores com relação à proximidade da narrativa literária e a narrativa historiográfica.

A importância deste tipo de pesquisa está justamente nesse olhar, em que pode de maneira concreta ser reproduzida para a escrita do texto historiográfico, posto que a maneira

como essa narrativa literária se constrói e constrói temporalidade é compatível com as regras que presidem a produção do tempo e da narrativa.

Para tanto, a partir da análise do conto³ “Negrinha”, de Monteiro Lobato⁴ (1982), este artigo proporcionará momentos de reflexão e discussão sobre os efeitos da exclusão social das crianças negras e da necessidade de discutir e compreender um assunto tão raro e pouco debatido na Historiografia Brasileira.

Metodologia

A metodologia utilizada neste artigo é a análise do texto literário “Negrinha” (1982) como fonte para estudos históricos. Nesse sentido, a partir da história da infância de Negrinha, será possível compreender o conjunto de ideias e pensamentos que foram se construindo em um período marcado pela abolição da escravidão negra na sociedade brasileira.

Melo (2014) salienta que é a partir do diálogo com a fonte, independentemente do tipo de arquivo, tempo ou espaço, que um ser pensante reconstrói os acontecimentos históricos e introduz dentro do contexto histórico os resultados fornecidos pela fonte. Nesta mesma perspectiva, Borges (2010, p.99) salienta:

A literatura é uma reflexão sobre o que existe e projeção do que poderá vir a existir; registra e interpreta o presente, reconstrói o passado e inventa o futuro por meio de uma narrativa pautada no critério de ser verossímil, da estética clássica, ou nas notações da realidade para produzir uma ilusão de real.

Sendo assim, a atenção está voltada para o questionamento de que todo o tipo de documento, não somente o literário, constrói uma subscrição acerca da realidade, independentemente do gênero, da linguagem e da leitura. Às vezes, o que objetiva em um texto literário, entre outras diversas fontes históricas, é a realidade descrita sem adulterá-la.

³ Conto é uma narrativa curta e que se diferencia dos romances não apenas pelo tamanho, mas também pela sua estrutura: há poucas personagens, nunca analisadas profundamente; há acontecimentos breves, sem grandes complicações de enredo; e há apenas um clímax, no qual a tensão da história atinge seu auge. Disponível em: <http://www.aridesa.com.br/servicos/click_professor/aline_duarte/conto.pdf>. Acesso em: 13/06/2018.

⁴ Monteiro Lobato nasceu em 1882 em Taubaté - São Paulo e faleceu em 1948, em São Paulo-SP. Em 1920 publica pela primeira vez o livro “Negrinha”. Em seu conto “Negrinha”, que leva o mesmo nome da obra, busca refletir que, mesmo depois de abolido o regime escravista no Brasil a condição do negro na sociedade continuou estagnada. Informações disponíveis no site: <<http://rede.novaescolaclub.org.br/planos-de-aula/analise-do-conto-negrinhade-monteiro-lobato>>. Acesso em 20/10/2018.

Considerando as regras manifestadas no meio intelectual, ao veículo em que será divulgada e ao público a que será destinado, todo texto construído possui uma linguagem exclusiva, em que cada produção prossegue um andamento particular, próprio e significativo. Portanto, a literatura como um documento, além de tantos outros arquivos humanos, armazena histórias de um tempo, vestígios e rastros de um povo e de um lugar. É colocada numa categoria de fonte especial para a história cultural de uma sociedade, porém se apresenta como uma configuração poética do real, seja ela exibida como crônica, conto ou romance, assim, consequentemente, amplia-se o que foi pensado em algum lugar, tempo e espaço.

A partir dessas considerações e da confluência dos estudos realizados, o presente artigo irá abordar no primeiro momento acerca do cotidiano das crianças negras no Brasil, no final do século XIX, as quais compunham boa parte dos cativos a fim de assegurar ou ampliar o patrimônio escravo, dando ênfase também a promulgação da Lei do Ventre Livre de 1871, cujo filhos de mães escravas nasciam “libertas”. No segundo, busca compreender o papel desempenhado pelas crianças negras após a “abolição” dos escravos no Brasil, enfatizando que, mesmo após a assinatura da Lei Áurea em 1888, a criança negra continuou representando um importante papel para a manutenção da escravidão e da reprodução interna da sociedade escravista.

Resultados

Ainda que a Lei do Ventre Livre possibilitasse uma série de falsetas para o não cumprimento das suas regras, sobretudo, quando estas possibilitavam uma mudança de condição aos escravizados, a sua promulgação extinguiu a fonte da escravidão, porque “ninguém mais nasce escravo”. Portanto, os filhos e filhas de mulheres escravizadas emergiram como uma nova categoria da infância. Crianças negras livres transitariam em mundos supostamente distintos dos escravizados, dos libertos e dos livres.

Em um período em que a criança deveria ir para a escola, a sociabilização dos pequenos escravos era marcada pelo adestramento, isto é, desde cedo a criança era obrigada a exercer o trabalho escravo, sendo que, todavia, a partir de doze anos de idade, a transição para o trabalho adulto era considerado definitivo. Eram vítimas da mortalidade infantil devido às precárias condições a que eram submetidas pelos seus donos.

Mesmo após a promulgação da Lei do Ventre Livre e a abolição da escravidão, crianças eram disputadas como um “objeto” pelos escravocratas em prol da exploração de trabalho infantil. E, por meio de um processo tutelar, desrespeitaram o direito dessas crianças de serem livres, ambicionando o sustento do lucro e a conservação do “status quo” dos senhores escravocratas.

Em meados do século XIX, os senhores do governo somente disfarçavam o interesse pelo fim da escravidão, isto é, não demonstravam um instinto abolicionista, portanto não queriam o fim total da escravidão negra. Ao contrário, eles, estrategicamente, apenas inventavam um discurso e armavam entre si artifícios em prol da condenação da escravidão por interesses próprios.

Em conformidade com o discurso, percebe-se que a Lei de 28 de setembro de 1871, seja dito incidentemente, foi um passo gigante e estratégico dado pelo país, na qual, a intencionalidade de educar para moralizar, regenerar, conter, civilizar, com o intuito de manter “o status quo”, a ordem social sempre esteve presente em propostas e projetos educacionais para o seguimento da infância brasileira, seja ela escravizada, seja livre, seja pobre.

Fica evidente que o cotidiano e a infância da criança negra, ou seja, sua vivência e condição identificavam-se somente na inserção no mundo do trabalho. A condição de criança não os livrava dos maus-tratos: trabalhavam duro, eram castigados, separados de seus familiares, ficando muitas vezes com marcas físicas e psicológicas devido ao excesso de trabalho. A mentalidade preconceituosa e autoritária da sociedade brasileira, almejava somente a busca pelo poder, em que a presença das lutas de classes e a briga entre culturas limitavam a condição social dos seres humanos.

Dentro desse contexto peculiar, o domínio sobre essa infância, ou melhor, a exploração do trabalho de crianças, durante e depois de abolida a escravidão, não somente significava infringir o direito dessas crianças de serem livres, mas também representava, para os escravocratas da época, a sustentação do seu lucro, privando as crianças de adquirirem uma educação escolar. Verifica-se que, na maioria das cidades brasileiras, a presença de crianças numa instituição escolar era impedida não pela sua cor, mas devido a sua condição de “escrava”.

Todavia, a partir de uma análise teórica de Fonseca (2002), percebe-se certo choque entre educação e escravidão na produção historiográfica, onde as crianças escravas, em qualquer tempo e espaço, eram seres vivos que, nasciam como qualquer outro, porém, em um mundo que lhes era absolutamente misterioso, e, sobretudo, a educação como instrumento essencial era-lhes privada, tirando-lhes o direito que permitiria a aquisição de conhecimento e reconhecimento deste mesmo mundo.

A partir das perspectivas da vida cotidiana dos pequenos cativos, para a sociedade escravocrata da época, ter escravos como propriedade não deixou de ser essencial até o início da década de 1870, sendo que, “para garantir o pagamento de dívidas adquiridas pelos senhores de escravos, os próprios utilizavam tanto os escravos adultos quanto seus filhos como capital de giro” (FAUSINO, 2006, p. 33).

Sobretudo, havia certo limite de separação do cotidiano público e privado dos laços familiares. Era no mundo privado, desde o nascimento das crianças, que os negros livres ou escravos se socializavam, pois tinham contato diário com seus senhores. Era no espaço hierarquizado familiar de seus senhores, que as crianças escravas assumiam atividades de conhecimento e habilidades para o trabalho, “tornando sua presença suportável, em que o preconceito, a submissão, o domínio e a divisão de classe permaneciam, ou seja, o senhor (dominador) e o escravo (dominado)” (FONSECA, 2002, p. 139).

Mesmo que as crianças negras habitassem no seio familiar de seus senhores, a vida de trabalho duro começava cedo. Meninos e meninas, filhos de escravos, começavam a trabalhar antes dos cinco anos de idade nas propriedades escravocratas. Crianças que eram infiltradas na casa-grande ficavam responsáveis pelos serviços domésticos e vontades de todos os membros da família, inclusive de seu senhor, como pajem, moleque de recado ou criada; iam buscar o jornal e o correio, encilhavam os cavalos, lavavam os pés das pessoas da casa e mesmo dos visitantes, escovavam as roupas, serviam as mesas, espantavam mosquitos. Nas fazendas e nos engenhos, as crianças eram enviadas às plantações. Nas cidades, eram empregadas como vendedores de comidas e doces. Também era frequente meninas escravas carregar e cuidar das demais crianças escravas.

Nota-se que o valor das crianças escravas se divergiu com tempo. Tanto as crianças africanas escravas, quanto as crianças escravas nascidas no Brasil trabalhavam duramente, pois, havia mercado de trabalho para ambas, a exemplo, as meninas que a partir de

oito anos de idade eram enviadas para ‘escola de mucamas’ e os meninos eram mandados para aprender trabalhos mecânicos ou treinados em entomologia e botânica para acompanhar cientistas e viajantes, e, sobretudo, muitos deles já saíam capacitados para exercer algum tipo de ofício. “As meninas aprendiam a ler, a fazer boneca, costurar, bordar [...], os meninos aprendiam a trabalhar de sapateiro, mecânico, alfaiate e entre outros” (MOTT, NEVES, VENÂNCIO, 1988, p. 21). Porém, independente de aprenderem alguma profissão, os castigos não cessavam.

Em 1850, duas décadas e um dia antes da sanção da Lei do Ventre Livre, algum senhor de escravo anunciou: “aluga-se uma preta para ama, com bom leite e do primeiro parto; também, se vende a cria” (MOTT, NEVES, VENÂNCIO, 1988, p. 20). Mas, logo após a promulgação da Lei de 1871, mães escravas e seus recém-nascidos ficaram frequentemente expostos a esse tipo de tratamento e, conseqüentemente, a partir disso, consideravelmente, o número de abandonos de ingênuos na roda das exposições da Santa Casa aumentou.

Muitos senhores compravam crianças escravas, para que seus filhos usassem como brinquedo, as quais eram ameaçadas com dentadas, beliscões e outros maus tratos. Todavia, dolorosamente, ao se esquivarem dos maus tratos dos senhorzinhos, os pequenos escravos eram castigados severamente pelos pais das crianças brancas.

Entre o período histórico de 1871 a 1889, a criança negra sempre foi excluída das oportunidades de uma educação básica nas instituições escolares. O ato de aprender a ler e escrever com qualificação não faziam parte de seu cotidiano, cabendo-os apenas àqueles que detinham o poder econômico. De certa forma, “os ‘moleques’, assim denominados pelos seus senhores, tiveram sua infância amputada, mesmo ao início da Lei de 1971” (ASSIS, 2001, p.38).

Com sete a oito anos as crianças negras adentravam no universo dos adultos, deixando de serem crianças para serem educadas para vários tipos de serviços, além de serem ingressadas na lavoura.

Assis (2001, p.38) pontua que:

Em famílias, que possuíam alguma coisa de seu, poderiam ser acompanhantes das crianças quando estas comesçassem a “andar fora” do mundo restrito da casa [...], ao sair para a cidade, como ir para a escola, eram acompanhadas de “vistoso jovem atrás”, o qual acabava por deixar que faltassem à escola, para caçar ninhos de pássaros ou arruasse à toa.

Conforme salientado pelo autor, os moleques também eram educados como aprendizes e alguns deles considerados, especialmente, como “crias” de estimação, as quais eram também responsáveis, segundo Assis (2001, p. 38):

De avisar que o almoço estava na mesa – abrir a porta para as visitas entrarem – ajudar o senhor a vestir-se – ser acompanhantes de viagens das senhoras – acompanhar os banhos de mar de sinhá-moça – ser bom nadador – apanhar frutas para os filhos de senhores nos pomares – escovar a bota do patrão – acordar o senhor na hora certa e levar um anúncio para ser publicado em jornais.

Os negrinhos ainda tinham a obrigação de divertirem seus donos e visitas, tocando instrumentos e dançando. Para eles, “eram um dos poucos momentos em que se divertiam, porém, nos cultos religiosos, também eram responsáveis por segurar alguns objetos” (MOTT, NEVES, VENÂNCIO, 1988, p.22). Todavia, os pesquisadores observam que os filhos de escravas, desde cinco a seis anos, viviam sob a opressão violenta dos escravistas, que os domavam a chicotadas, sendo obrigados a habituar-se a rigidez de trabalhos exaustivos diários.

O cotidiano das crianças negras antes, durante e após a abolição dos escravos foi marcado por diversas experiências e desconhecidas tragédias, que perpassaram a vida de milhares de meninos e meninas. Porém, seria importante frisar, brevemente, a condição da criança negra antes da Abolição da escravatura. A criança negra com idade de cinco a seis anos, ou antes disso, já era sujeita a trabalhar, sendo muitas delas entregues à tirania de outros cativos que os domavam a chicotadas, habituando-os à força e a faina diária.

Devido à carência de escravas velhas, que muitos senhores não tinham para cuidar das crianças negras, desde muito cedo, estas eram obrigadas a ir para o campo com suas mães para trabalhar em diversas atividades agrícolas.

Estas crianças, sendo escravas ou libertas, sofreram frequentes situações de submissão e violência, como: o tráfico interno, a venda de crianças que eram separadas dos pais, a violência cotidiana, as lesões durante o trabalho, os abusos sexuais seguidos de doenças. Muitas eram levadas para viver em instituições, fundações criadas por ricos comerciantes, sendo procuradas por pessoas pobres que não tinham condições de criar seus filhos. Também eram procuradas por mulheres da elite que não podiam assumir filho ilegítimo ou adúltero, e ainda por senhores que abandonavam crianças escravas e alugavam

suas mães, privando-as de uma boa educação. Enfim, foram-lhes tiradas a condição de criança e a infância.

Discussão

A fonte literária em questão, “Negrinha” de Monteiro Lobato (1982), contém vinte e dois contos, nos quais o autor agrupa diferentes textos narrativos. Porém, no conto em análise, a personagem principal é chamada por todos pelo apelido de Negrinha, uma vez que ninguém nunca lhe deu um nome próprio, no qual o autor procura refletir sobre a condição da criança negra na sociedade pouco tempo depois de abolido o regime escravista no Brasil. Desta forma, a partir do conto “Negrinha”, será refletida a condição da infância e os preconceitos sofridos pela personagem, bem como a construção da identidade negra, enquanto sujeito na história da sociedade vigente daquele período.

Monteiro Lobato (1982) aborda em seus contos situações trágicas, ódio e romantismo, desde as primeiras décadas do século XIX e por meio das personagens, que são um retrato da população brasileira. Sua obra retrata e denuncia o cenário de uma sociedade patriarcal, avistando vestígios de uma persistente mentalidade escravocrata, mesmo décadas após a abolição.

Lembrando que, em 1888, foi assinada a Lei Áurea e em 1920 foi publicada a obra escolhida como fonte, o recorte temporal da pesquisa corresponde a esse período, o qual se justifica pelo fato do conto narrar a história de uma menina negra, que vive com uma família rica. “Negrinha” retrata o início da chamada “libertação dos escravos”, destacando-se o cotidiano de uma criança chamada Negrinha, recém liberta, contando do seu nascimento até a morte.

A menina era filha de escrava e vivia na casa de sua sinhá, sofrendo todos os tipos de maus tratos, torturas, desde o racismo até a negação da liberdade. “A história de Negrinha tem início com a descrição das características físicas da menina, em seguida, há o esclarecimento de sua origem” (LIMA, FERREIRA E SILVA, 2016). A violência e o medo eram marcas registradas na relação entre a menina e sua sinhá.

Negrinha “era uma pobre órfã, mulatinha escura, de sete anos e cabelos ruços e olhos assustados, filha de escrava, criada por Dona Inácia, uma senhora nobre, rica, dona de

uma fazenda, viúva e sem filhos, que não gostava de crianças” (LOBATO, 1982, p.03). Acostumada ao antigo regime escravocrata e inconformada com a abolição da escravidão, Dona Inácia tratava Negrinha como um brinquedo. Usava a menina unicamente para executar sua crueldade, aplicando à criança os mais severos maus tratos, tantos verbais como físicos. Negrinha acaba morrendo de tristeza e por não suportar mais a forma miserável que vivia.

Nesse contexto, observa-se que, no período pós-abolição, as crianças como Negrinha foram marcadas pelo medo de ações violentas de escravocratas que, inconformados com a Abolição da escravidão, foram levados a um sentimento de nostalgia por não aceitarem as perdas de certos poderes de dominação sobre os cativos. Nesse sentido, a partir da morte de Negrinha, acostumada a descarregar sua amargura na pequena menina, Dona Inácia foi tomada pelo desgosto por ter perdido seu brinquedinho e por não ter mais em quem despejar suas maldades. Diante desse panorama, o cotidiano de Negrinha está inserido na história de caráter trágico.

A partir desse cenário com a desestruturação da escravidão, os senhores escravocratas, como Dona Inácia, tinham aprendido desde o período colonial a ver os negros somente como elementos servis, sujeitos insociáveis e máquinas da reprodução interna da sociedade escravista. Isto é, como seres inferiores, principalmente, as crianças negras, que eram alojadas e sustentadas nas casas-grandes, onde, conseqüentemente, sofriam maus tratos devido ao sentimento da perda de poder econômico e moral dos senhores. Embora fosse visível o sentimento de perda desses poderes, ainda existia a questão cultural, como exemplo, a questão da educação da criança negra.

Dessa forma, quando se trata de escravos, na visão de Fonseca (2002), falar de educação não é muito comum em se tratando do processo de escolarização. A educação das crianças negras, nascidas escravas ou não, era voltada para o trabalho servil e nada se assemelhava ao processo educacional de uma escola. Primeiramente, eram socializadas a partir dessa condição.

Fonseca (2011) entende que a condição de educar a criança negra mesmo após as leis abolicionistas, Lei do Ventre Livre e a Lei Áurea, estavam voltadas somente a um modelo educacional em que se fazia presente a formação moral e disciplinar para o mundo do trabalho e também a instrução em nível elementar.

Desse modo, todo esse processo educacional revela um duplo significado: por um lado, a educação era vista como um aparelho de disciplina, para que as crianças negras fossem inseridas na sociedade patriarcal e, por outro lado, como um processo de preparação para a formação de trabalhadores escravos.

Criança Negra: trabalho e liberdade

Mesmo após a assinatura da Lei Áurea em 1888, a criança negra continuou representando um importante papel para a manutenção da escravidão e da reprodução interna da sociedade escravista. No entanto, foi um momento em que a elite do Brasil pretendia reconfigurar a sociedade dentro do âmbito político, econômico e social por meio de reformas emancipatórias. “A condição de escravo daquele período era geralmente atribuída a indivíduos considerados alienígenas (outsiders), isto é, os escravos não eram igualados à nacionalidade, religião, cultura e na tipologia geral dos seres humanos” (ENGERMAN, 1988, p.04).

Mesmo num momento de transformações políticas, econômicas e sociais, a abolição não alterou a relação entre escravo e seu senhor. “A manutenção da escravidão ocorria, em boa parte, pela reprodução natural dos escravos devido à falta de recursos suficientes para a compra de cativos em quantidades intensas” (TEIXEIRA, 2004, p. 58).

É mister salientar que a representação histórica da abolição foi caracterizada por uma lei conservadora autoritária, na qual o trabalho servil era uma marca da educação de crianças de diferentes segmentos da população, seja ela livre ou escrava. Em relação aos filhos dos escravos, nas regiões voltadas para a produção interna, eram eles que compunham boa parte dos cativos, com o objetivo de assegurar ou ampliar o patrimônio escravo.

Os senhores escravistas, na segunda metade do século XIX, adotaram algumas formas ilegais – como a negação da condição de livre para filhos de escravas nascidos após 1871, escravização de libertos e, até mesmo, furto de crianças negras, além das alforrias condicionais e das disputas judiciais pela posse de crianças. A principal atividade desenvolvida pelos pequenos escravos foi a de roceiro, e entre as meninas predominavam os serviços domésticos.

Ao analisar a representação das crianças nas escravarias e nas transações comerciais, pode-se observar inúmeras dificuldades das escravas mães em obter a alforria absoluta. As famílias escravocratas com o objetivo de garantir a posse dos filhos de escravas brigavam entre si e, sobretudo, até se sujeitavam ao furto e sequestro de crianças libertas.

Pode-se compreender a complexidade do assunto relacionado às crianças negras, pois, a partir de 1871, crianças nascidas de mães escravas ganhavam alforria, ou seja, tinham o “direito de liberdade”. Porém, elas continuavam vivendo em condições precárias junto com a família escravizada nas senzalas. Ainda assim, de acordo com Teixeira (2004), os senhores de mães escravas tinham o direito de escolher o destino dessas crianças, impondo-lhes trabalhos pesados assim que completassem oito anos de idade, ou indenizavam às mães para criá-las.

Existiam poucas palavras para nomear as crianças brasileiras nesse período. Eram denominadas por termos como órfãos e enjeitados e, somente a partir do século XIX, passou-se a designar os menores como criança, menino e menina. A partir de histórias de viajantes e antigos dicionários, o termo menina era usado para demonstrar, de certo modo, algum tipo de “afeto”. Tardamente, para designar escravo do sexo feminino ou comprovar que ainda estava na fase da infância, o termo utilizado passou a ser criança.

Nesse contexto, as palavras criança, menino e menina somente foram notadas e reconhecidas, especialmente, no começo do século XIX. Entretanto, em relação às crianças escravas, eram feitas a partir de escalas de idades. Até um ano de idade:

[...] os bebês eram denominados de “crias de peito”, enquanto as crianças que já sabiam andar, mesmo sendo muito novas, eram apelidadas de “crias de pé” [...], crianças que tinham em torno de oito anos de idade eram designadas de “menino e menina” e, as de treze e quatorze anos eram identificadas como “moleque e moleca”. (TEIXEIRA, 2004, p. 60).

Ao analisar o cotidiano das crianças escravas e ingênuas, percebe-se que esses apelidos seriam distinguidos pelas qualidades físicas: fala, dentição, tamanho, características dos gêneros masculino ou feminino, tanto para a criança livre quanto para a escrava. Assim sendo, no início do século XIX, as crianças em geral eram denominadas de ‘cria’, após algum tempo esse termo passou a ser referido somente aos filhos de escrava, sendo usado para distinguir da sociedade, ou seja, da raça humana, considerando-os praticamente como ‘animais’. A partir desse cenário, as “crias” eram tratadas pela sociedade escravocrata como

“bens” deixados por algum familiar já falecido. Eram tidos como patrimônio de algum rebanho, pois, muitas vezes, eram descritos como animais (bois, cavalos, vacas) criados numa fazenda.

Discutindo a questão dos laços familiares da sociedade, sob a análise de Castro (1997), em 1850, devido à condição de mercadoria que era imposta aos escravos, concentrou-se o processo de hipotecas, as divisões nos inventários e a perda de laços com o senhor. No entanto, através de estudos de cartas de alforria, revela-se que os cativos (nascidos no Brasil), mulheres e crianças em especial, mesmo sendo estes ao mesmo tempo um peso para seus senhores, foram em sua maioria seus beneficiários de alforrias condicionais e remuneradas.

A partir de 1880, por consequência direta da Lei de 1871, houve uma queda espantosa da participação de crianças nas escravarias. Porém, nas duas últimas décadas de 1870 e 1880, conforme a realização das matrículas de escravos, aumenta-se o índice de parentesco devido ao aumento de cruzamentos. Como não era obrigatório o registro de escravos nos inventários familiares, seguramente, a percentagem de crianças introduzidas em famílias era bem maior.

Embora algumas crianças negras fossem inseridas no seio familiar, mesmo assim, estas viviam em cativeiro por parte de seus senhores, que as tratava como pequenos “cachorrinhos” de estimação, exigindo obediência e fidelidade. Meninas a partir de doze (12) anos eram perseguidas e abusadas sexualmente e, se engravidassem, muitas eram mortas. Nas grandes propriedades de

[...] engenhos de açúcar e fazendas de café, por exemplo – as crianças pretas passeiam em total liberdade, participando das brincadeiras das crianças brancas e das carícias de todas as mulheres da casa, verdadeiros “cupidos de ébano”, como os classifica bem um viajante ao descrever a admiração beata dos senhores – inclusive do capelão – ante as cambalhotas dos negrinhos brincando com cachorros de grande porte (Oliveira, 2014, p.22).

Diante desse contexto, observa-se que a criança parecia não possuir história, era sempre entendida, mesmo pelos viajantes e estudiosos da escravidão, como simples mão de obra ou como um animalzinho de estimação. Ou seja, a criança não era identificada como sujeito histórico. O papel da criança negra era de servir a família branca, tanto no âmbito econômico como familiar. Para o autor, foi um olhar hostil e autoritário que permaneceu até a

segunda metade do século XX na historiografia europeia, pois o que se escrevia dizia respeito minimamente aos homens negros/escravos.

No período colonial, “eram escassos os trabalhos sobre o cotidiano de africanos e crioulos no dia-dia da Colônia, seus medos, alegrias, sociabilidades e desejos” (VAINFAS, 1988, p.16). Quase não existiam fontes suficientes, mal se sabia como viviam os escravos nas lavouras, nos engenhos, nas minas, nos quilombos, incluindo mulheres e crianças.

Entretanto, se comparada a vasta documentação do século XIX, os estudiosos daquele período preferiram limitar a documentação colonial que poderia desvendar acerca do cotidiano de homens, mulheres e crianças negras escravizados.

Diante desse contexto, faz-se uma crítica relacionada à historiografia não somente de homens e mulheres negros escravizados, mas também da criança que era ignorada pela análise histórica. Porém, ao longo dos anos, a infância também se tornou uma concepção histórica e, de acordo com Oliveira (2014), visto que, é através do processo da infância e de suas experiências de vida, que os sujeitos moldam sua consciência e se tornam sujeitos críticos e históricos.

As crianças foram e sempre serão sujeitos históricos. Entretanto, o papel cotidiano dos filhos das mulheres escravizadas, mesmo após as leis abolicionistas, como a Lei do Ventre Livre, no sentido de hábitos servis, continuava comum, pois, ainda viviam como se fossem mercadorias e propriedade privada dos senhores escravistas. Por meio desse cenário e da polêmica acerca da Lei de 1871, percebe-se que a mesma contribuiu para conferir precariedade, instabilidade, desorganização e perdas, tanto nos laços familiares de escravos, como nos laços familiares de seus senhores.

Considerações finais

Durante a realização deste trabalho, cuja fonte foi o conto literário “Negrinha”, de Monteiro Lobato (1982), entende-se que os objetivos propostos foram alcançados, com ênfase ao tratamento dado à criança negra após a libertação dos escravos. Sobretudo, a ênfase à Lei do Ventre Livre de 1871, conforme a qual as crianças recém-nascidas, supostamente, nasciam “livres”.

Neste sentido, buscou-se através desta pesquisa apresentar pontos característicos da exploração do trabalho e dominação dos senhores escravocratas sobre as crianças negras cativas e “livres” após as leis abolicionistas de 1871 e 1888, as quais ainda viviam como se fossem mercadorias e propriedades privadas dos senhores escravistas.

Entretanto, logo no início da vida infantil, a criança compartilhava do mesmo mundo que os adultos, misturando-se aos seus modos de vida. Isso quer dizer que, assim que a criança passasse a conviver com os adultos, a obrigação era trabalhar, seja na casa dos senhores, nas plantações, no comércio, na igreja, na rua e entre outros. O fato é que as crianças eram entendidas como adultos em miniatura, ou seja, não possuíam direitos ou deveres como criança. Para a sociedade escravocrata, elas só precisavam crescer.

Como se pode observar, o cotidiano e a representação da criança negra na sociedade, de acordo com os pesquisadores, eram sempre retratados e reconhecidos como escravizadas. Dessa forma, no meio social desse período, as crianças negras ocupavam um lugar indispensável na história do trabalho escravo.

Segundo Silvio (2013, s.p.), “não houve silêncio nem invisibilidade maior do que aquela que incidiu sobre as mulheres e as crianças escravizadas”. Na história em geral, a criança cativa foi um dos seres mais marginalizados dentro do mundo da escravidão, na qual ocupam um lugar relativamente periférico, que se reflete na dificuldade em encontrar fontes documentais que expressem o testemunho destes indivíduos acerca dos processos históricos relativos a escravidão. As crianças têm sua história contada e retratada por outros, porém, não são elas que escrevem sua própria história.

Nesse sentido, quando se trata de escravos adultos é sempre possível contar com documentos históricos que, de alguma forma, revelam seus modos de ação (documentos que tratam de fuga, de venda, de rebeliões, de crimes, etc.), mas o mesmo não se verifica em relação às crianças escravas. (FONSECA, 2011).

Dessa forma, no primeiro momento, discutiu-se como a Historiografia Brasileira trata a questão das crianças negras no Brasil no final do século XIX, após a assinatura da Lei Áurea em 1888, as quais continuaram representando um importante papel para a manutenção da escravidão e da reprodução interna da sociedade escravista. No segundo, buscou-se investigar o papel desempenhado pelas crianças negras na sociedade após a libertação dos

escravos, seu cotidiano, incluindo-as também no campo da educação, a partir do conto literário “Negrinha” de Monteiro Lobato.

De acordo com a visão de alguns autores, não só na sociedade, mas dentro do mundo da escravidão, a criança negra era um dos seres mais excluídos da sociedade. O cotidiano delas estava marcado pela violência física e psicológica, devido ao fato de serem geradas por escravas e terem a cor da pele preta.

Todo o processo em torno dos debates sobre a emancipação das crianças nascidas de mulheres escravas comporta um duplo significado, pois, de um lado, demonstrou a importância que se atribuía à educação como instrumento disciplinar responsável pela formação dos novos sujeitos a serem introduzidos na sociedade como seres livres e, de outro, estabeleceu uma crítica contundente ao modelo de educação responsável pela formação dos trabalhadores escravizados.

O fim da escravidão que, antes era legalmente permitida, deveria realmente significar um marco na história das conquistas do ser humano. Porém, apesar de sucessivas tentativas de leis estratégicas, como a Lei de 1871 e a Lei de 1888, não é possível avaliar com precisão a extensão dos danos causados pela prática de trabalho escravo infantil no Brasil. Foi um período caracterizado pela existência de um sentimento de infância e a invisibilidade da criança negra.

A conclusão desta pesquisa é que as crianças negras foram submetidas ao controle e domínio da classe escravocrata após a Abolição, inserindo-as na lógica do trabalho servil, mesmo sendo num momento de transformações políticas, econômicas e sociais. Portanto, as legislações vigentes não alteraram a relação entre o liberto e seu senhor, pois ainda continuou subsistindo, habitando e perpassando por vários séculos, sendo exatamente úteis à boa camada da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Tema, meta, metáfora: porque a historiografia teme e treme diante da literatura. *Revista Linguagem – Estudos e Pesquisas*. Catalão-GO, v. 17, n. 2, jul./dez, 2013, p. 17-41.

BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: algumas considerações. *Revista de Teoria da História*. Goiânia-GO, ano 1, n. 3, 2010, p. 94-109.

SILVA, Rubislei Sabino da; COUTO Claudia Fernandes. MARCAS DE UMA INFÂNCIA: TRABALHO E LIBERDADE DA CRIANÇA NEGRA PÓS-ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA.

CASTRO, Hebe M. Matos. História da Vida Privada. Laços de Família e Direitos no Final da Escravidão. São Paulo: Companhia de Letras, 1997.

CONTO. Disponível em: http://www.aridesa.com.br/servicos/click_professor/aline_duarte/conto.pdf. Acesso em: 13/06/2018.

ENGERMAN, Stanley. A economia da escravidão. In: Negros brasileiros – Ciência Hoje-Revista do CNPq, Brasília, vol.8, nº 48, suplemento, 1988.

FAUSINO, Camila Carolina. Negócios da escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1886. Dissertação (Mestrado em História) - Juiz de Fora-MG: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.

FONSECA, Marcos Vinícius. A educação da criança escrava nos quadros da escravidão do escritor Joaquim Manoel de Macedo. Revista Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 36, n.1, jan./abr., 2011, p. 231-251.

_____. Educação e escravidão: um desafio para a análise historiográfica. Revista Brasileira de História da Educação. Minas Gerais: UFMG, nº. 4, jul./dez, 2002, p.123-144.

LIMA, Maria Ismenia; FERREIRA, Jailma da C.; SILVA, Maria do Carmo G. Infância e preconceito em Negrinha, de Monteiro Lobato. Disponível em: https://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV060_MD1_SA8_ID53_23102016175359.pdf. Acesso em 13/06/2018.

MELO, Eduardo de Quadros. História e Literatura: República Velha e Era Vargas na Obra “O Retrato” de Érico Veríssimo Através do Personagem Rodrigo Terra Cambará e Suas Contradições. Dissertação de Mestrado - São Luiz: Universidade Federal do Maranhão, 2014.

MONTEIRO LOBATO: Disponível em: <http://rede.novaescolaclub.org.br/planos-de-aula/analise-do-conto-negrinhade-monteiro-lobato>. Acesso em 20/10/2018.

MOTT, M. L. B.; NEVES, M. de F.; VENÂNCIO, R. P. A escravidão e a criança negra. Ciência Hoje-Revista do CNPq. Brasília, v. 8 n. 48, suplemento, 1988, p. 57 a 68.

OLIVEIRA, Rafael Domingos. A criança negra escravizada no Brasil: aproximações teóricas, tramas historiográficas. Revista Outras Fronteiras. Cuiabá, vol. 1, n. 2, jul-dez., 2014, p. 4-24.

OLIVEIRA, Rafael Domingos. A criança negra escravizada no Brasil: aproximações teóricas, tramas historiográficas. In: Revista Outras Fronteiras. Cuiabá, vol. 1, n. 2, jul-dez., 2014. Disponível em: <http://ppghis.com/outrasfronteiras/index.php/outrasfronteiras/article/.../29>. Acesso em 23/01/2018.

SILVA, Rubislei Sabino da; COUTO Claudia Fernandes. MARCAS DE UMA INFÂNCIA: TRABALHO E LIBERDADE DA CRIANÇA NEGRA PÓS-ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA.

PEREIRA, Kênia; BORGES, Valdeci; GONZALIS, Fabiana. Machado de Assis: Outras Faces. Uberlândia: ed. Aspectus, 2001.

SILVIO, Matheus. Onda Negra: Pesquisa revela o cotidiano da infância de crianças negras no pós-abolição dos escravos, 2013. Disponível em: <http://ondanegra.blogspot.com/2013/10/pesquisa-revela-o-cotidiano-da-infancia.html?m=1>. Acesso em: 06/03/2019.

TEIXEIRA, Maria Heloisa. Meninos-dos-olhos do senhor: crianças escravas nas propriedades de Mariana (1850-1888). Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambú-MG, setembro 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_108.pdf>. Acesso em 17/10/2018.

VAINFAS, Ronaldo. Sexo nefando e a inquisição. Ciência Hoje Revista do CNPq. Brasília, v. 8, n. 48, suplemento, 1988, p. 16 a 19.

LISTA DE FONTE

Fonte Escrita

LOBATO, Monteiro. Negrinha. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Recebido em 31/03/2019
Aprovado em 10/09/2019